

PERSPETIVAS

Debate sobre temas fundamentais
em morfologia urbana

Transformação e permanência de formas urbanas: uma contribuição metodológica

Eneida M. S. Mendonça, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari 514, Vitória, 29075-910 Espírito Santo, Brasil. E-mail: eneidamendonca@gmail.com

O debate sobre a transformação e permanência de formas urbanas na atualidade, remete inevitavelmente, à reflexão sobre o ritmo e a característica do processo de urbanização em curso há algumas décadas em determinadas partes do mundo, envolvendo as cidades latino americanas e incluindo sobretudo, as brasileiras.

No contexto mundial, dentre outros autores, Porteous (1996) chama a atenção para a acelerada transformação da paisagem urbana a partir de meados do século XX, com destaque para o processo de verticalização. Segundo este autor, a difusão e a intensificação da construção de edifícios altos em diversas cidades comprometeram de modo negativo a qualidade estética das mesmas e contribuíram para a homogeneização da paisagem. O aspecto estético não foi afetado somente pela verticalização de construções, mas pela intensidade de ocupação do solo, pela inserção de elementos de *marketing* envolvendo tanto a instalação de propaganda comercial de produtos diversos na cidade, como a própria plástica de determinadas formas arquitetônicas / urbanísticas.

O declínio da qualidade estética urbana é reafirmado por Porteous (1996) ao apontar também, uma série de pesquisas realizadas em

todos os continentes, cujos resultados demonstram a preferência pela paisagem rural, mesmo que esta esteja em desordem, em relação à paisagem urbana, mesmo que, relativamente organizada.

O ritmo empreendido pelo capitalismo ao processo de urbanização (Harvey, 2008) vem contribuindo então, para a transformação das formas urbanas não só de modo intenso, mas também de modo inesperado por grande parte dos cidadãos, resultando em ambientes urbanos insatisfatórios. Tudo isso, afeta os laços da população com o lugar, levando à perda de identidade e ao enfraquecimento da cidadania.

Mesmo que o processo descrito seja mais evidente na atualidade, desde o início dos anos 60, autores como Lynch (1980 [1960]), Cullen (1983 [1961]) e Rossi (1982 [1966]), entre outros, chamavam a atenção para a inadequação da padronização do ambiente urbano gerado pela construção de habitação em massa no pós-guerra. Estes autores destacavam também, a importância do reconhecimento das características intrínsecas a cada ambiente urbano, a partir das relações entre este e os habitantes / usuários do lugar, como subsídio à intervenção arquitetônica e urbanística. Norberg-Schulz (1980) evoca o

genius loci, como o significado do lugar, sintetizando esta desejada associação.

Ao longo da segunda metade do século XX, foi frequente também, o processo de decadência arquitetônica, urbanística, econômica, sucedido pelo de requalificação, de centros urbanos de diversas cidades no mundo. A decadência é atribuída por Villaça (1998) ao distanciamento das elites em relação aos centros urbanos. Quanto à estratégia de requalificação, Arantes (1998) critica a prática da restauração de edificação específica, acompanhada de atribuição de uso cultural destinado ao turismo internacional, em detrimento da elaboração de políticas públicas integradas em escala, e direcionadas ao interesse social local. Mesmo considerando que os resultados alcançados variem bastante em termos de sucesso (Vargas, 2009), o processo vem exigindo reflexões acerca de como reintegrar o obsoleto à dinâmica social, econômica e urbanística contemporânea e de como distinguir o que deve se transformar e o que deve permanecer.

Primordial no âmbito destas reflexões é a ampliação do olhar para o conjunto do ambiente urbano em detrimento de olhares direcionados estritamente a determinados edifícios e a busca pela associação entre o saber técnico e o sentimento da população em relação ao ambiente em foco. Neste sentido, o debate e a difusão do conceito de paisagem vêm favorecendo a formulação de políticas públicas mais abrangentes em termos de escala territorial e da identificação de bens materiais e imateriais a serem mantidos. Besse (2006) auxilia esta compreensão abordando a percepção da paisagem diante de um panorama histórico. Roger (2000) desafia a ideia de paisagem contemporânea, admitindo nesta, a inserção da tecnologia, des-romantizando a questão, ao mesmo tempo em que mantém o conceito associado à estética. A surpresa no âmbito institucional foi a recente titulação do Rio de Janeiro, pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, sendo o primeiro ambiente urbano a receber tal título. A área envolve parte da cidade, da baía de Guanabara e da cidade vizinha de Niterói, sendo ampla o bastante para favorecer a inclusão de elementos e conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de importância, como também para tornar mais complexa a identificação do que pode se transformar e do que deve permanecer.

Uma contribuição à questão sobre a transformação e permanência de formas urbanas, pode ser encontrada em estudo que se propôs a estruturar um método de análise e construção da paisagem (Mendonça, 2005), recentemente adotado no Plano de Preservação da Paisagem da Área Central de Vitória, capital do Espírito Santo,

no sudeste do Brasil (Vitória, 2012). O método parte da importância de identificar referenciais da paisagem (elemento isolado ou conjunto, construído ou não) e orientar a forma futura de ocupação urbana, por meio de simulação gráfica e instrumentos urbanísticos, de modo a manter a visibilidade e o acesso a esses referenciais.

Sem dúvida, o aspecto mais complexo do estudo se refere à identificação dos referenciais da paisagem e à decisão sobre o que e quanto permitir transformar e exigir conservar, admitindo-se a paisagem como algo dinâmico. Pesquisa envolvendo a história auxilia a compreensão da evolução no tempo, quanto à importância destas formas urbanas. Fontes como relatos, desenhos e fotografias de viajantes, projetos urbanísticos e seus memoriais e estudos comparativos destes com imagens e projetos mais recentes contribuem para esta abordagem. Literatura, crônicas e registros jornalísticos permitem também constatar as transformações ocorridas, bem como as críticas às mesmas. O entendimento sobre a importância contemporânea destes referenciais da paisagem pode ser constatado a partir de depoimentos de pessoas chave, seja pela antiguidade de permanência no local, seja pela participação na transformação do mesmo. A compreensão do sentimento da população em relação às formas urbanas e à paisagem contribui acrescentando aspectos que escapam ao olhar técnico, surpreendendo quanto ao interesse em conservar o 'novo', e alertando sobre a necessidade de transformar o 'antigo' para viabilizar o uso.

A complexidade da questão exige então, que a decisão final, institucional sobre a transformação e permanência das formas urbanas, possa considerar o saber técnico e o popular, sendo vital inserir sobre a abordagem histórica, reflexões sobre os valores da cultura contemporânea.

Referências

- Arantes, O. B. F. (1998) *Urbanismo em fim de linha* (EDUSP, São Paulo).
- Besse, J. M. (2006) *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia* (Perspectiva, São Paulo).
- Cullen, G. (1983 [1961]) *Paisagem urbana* (Martins Fontes, São Paulo).
- Harvey, D. (2008) *O neoliberalismo: história e implicações* (Edições Loyola, São Paulo).
- Lynch, K. (1980 [1960]) *A imagem da cidade* (Martins Fontes, São Paulo).
- Mendonça, E. M. S. (2005) 'Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem', *XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e*

- Pesquisa em Planeamento Urbano e Regional – ANPUR*, Salvador, 23 a 27 de Maio.
- Norberg-Schulz, C. (1980) *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture* (Academy Editions, Londres).
- Porteous, J. D. (1996) *Environmental aesthetics. ideas, politics and planning* (Routledge, Londres).
- Roger, A. (2000) 'La naissance du paysage en occident', em Salgueiro, H. A. (ed.) *Paisagem e Arte* (CBHA, São Paulo).
- Rossi, A. (1982 [1966]) *A arquitetura da cidade* (Martins Fontes, São Paulo).
- Vargas, H. C. (2009) *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados* (Manole, São Paulo).
- Villaça, F. (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil* (Studio Nobel, São Paulo).
- Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória (2012) *Plano de preservação da paisagem da área central de Vitória* (Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória).

Porque importa a morfologia urbana?

Ivor Samuels, Urban Morphology Research Group, School of Geography, Earth and Environmental Sciences, University of Birmingham, Birmingham B15 2TT, Reino Unido. E-mail: ivor.samuels@googlemail.com

Numa perspetiva profissional anglófona, a Morfologia Urbana poderá parecer uma forma de complicar um conjunto de vidas profissionais, já por si difíceis, ao requerer o desenvolvimento de linhas de investigação e reflexão complexas, obscuras e dependentes de um intenso envolvimento de recursos, pelo que deveria permanecer na academia. Para os leitores provenientes de outros contextos, este ponto de vista poderá parecer um pouco extremo, mas o contexto profissional e a sociologia da prática têm de ser considerados para se compreender este preconceito. Por exemplo, uma tentativa desenvolvida pelo autor, enquanto consultor da cidade de Oxford, de incorporar uma versão ligeira de uma abordagem morfológica no *Design Code for West Oxford* foi inicialmente bem recebida mas, como uma entrevista recente revelou, é vista pelo *staff* do departamento de planeamento, que tem que a operacionalizar, como sendo 'um pouco complicada'.

Para compreender esta atitude é necessário recuar à reconstrução da Grã-Bretanha após a Segunda Guerra Mundial. Como reação ao chamado *prairie planning* e ao universalismo do Movimento Moderno, a *Architectural Review* (AR), uma influente revista mensal, iniciou no final da década de 40 uma campanha para redescobrir as qualidades visuais das cidades tradicionais e as particularidades do 'lugar'. Este processo de redescoberta estava enraizado na tradição pitoresca Inglesa do século XIX e no trabalho de Camillo Sitte, citado pelo influente planeador Raymond Unwin. Sob o título de *Counterattack* (Contra-ataque), uma metáfora militar presumivelmente escolhida devido ao elevado número de arquitetos e críticos que serviram nas forças armadas durante a Segunda

Guerra Mundial, e sob o pseudónimo de Ivor de Wolfe, a AR publicou uma série de comentários mensais sobre a destruição das qualidades urbanas. Isto culminou num número especial da revista intitulado *Outrage*, ou Ultraje (Nairn, 1975). Como seria expectável, as cidades Italianas eram vistas como modelos, tendo sido celebradas num livro sobre a paisagem urbana Italiana da autoria de Ivor de Wolfe, o pseudónimo de Hubert de Cronin Hastings, o proprietário da AR.

O editor artístico da *Architectural Review* era Gordon Cullen, sendo que o seu notável livro *Townscape* (1961) constituía um comentário muito sedutor a partir dos seus desenhos e fotografias de diferentes lugares. Examinando este, ainda hoje, influente trabalho é extraordinário como um livro sobre a temática dos 'lugares' tem tão poucas plantas, sendo que esta omissão pode, em parte, ter contribuído para os problemas que iriam estar associados à abordagem designada como *townscape*, que será discutida mais à frente. O livro tem vindo a ser descrito como 'um tipo de modernismo ligeiro e sentimental baseado no prazer visual, que ignorou ou simplificou muitas das questões dos anos 50' (Macarthur e Aitchison, 2004, p. 304).

Esta redescoberta das qualidades visuais das cidades antigas tornou-se uma motivação para que o *Civic Amenities Act* de 1967 fosse aprovado pelo parlamento Britânico. Foi estabelecido – sob influência da chamada *Loi Malraux*, que se tornou parte do sistema legislativo em 1962 – que o carácter de partes significativas de assentamentos pudesse ser protegido. A inovação consiste no reconhecimento de que grupos de edifícios 'comuns' poderiam ser tão merecedores de proteção como os monumentos históricos que tinham sido o elemento central do anterior quadro

de legislação referente à proteção do edificado.

O livro *Townscape* e o trabalho de Kevin Lynch (*The image of the city*), também baseado na percepção, ofereceram aos profissionais uma acessível abordagem para compreender a forma urbana antes de iniciarem a preparação de políticas para as recentemente designadas Áreas de Conservação. Em particular, os estudos das cidades históricas de Bath, Chester, Chichester e York, foram publicados em 1968 pelo *Ministry of Housing and Local Government* como modelos a seguir pelas autoridades locais no âmbito da preparação de planos para as suas Áreas de Conservação. Estes estudos baseiam-se firmemente na fórmula *townscape*, que se focava apenas na visão daquilo que era de domínio público e raramente se aventurava para além das fachadas. Por exemplo, o estudo de Chester que se estende por 250 páginas, surpreendentemente não considera as qualidades essenciais da relação entre os domínios público e privado, que são completamente destruídas nas suas recomendações de re-desenvolvimento dos quarteirões da cidade. Os padrões de loteamento e a relação dos edifícios com as parcelas nunca são discutidos. Por exemplo, o modo como algumas das casas existentes, de pequena dimensão, dão lugar a edifícios de maior dimensão prolongando-se normalmente ao longo de áreas significativas no interior do quarteirão, é ignorado pelos projetos de re-desenvolvimento.

Os métodos da *townscape*, que se encaixavam confortavelmente na abordagem de Lynch, foram também fundamentais para a preparação de guias de desenho para novos desenvolvimentos. Em particular, o mais influente, o guia de desenho de Essex (ECC, 1973) foi o primeiro na Grã-Bretanha a oferecer uma alternativa aos conjuntos habitacionais que vinham a ser promovidos pelos construtores. No caso de Essex foi a negligência da realidade nos modelos de viabilidade financeira, perversos e especulativos, dos construtores que puseram em causa a sua viabilidade (Figura 1). No entanto, é frequentemente esquecido que algumas das mais admiradas paisagens urbanas Inglesas, como os ‘crescentes’ de Bath, foram projetos puramente especulativos. No caso de Essex, o significado dos limites das parcelas é negligenciado e as residências de frente ampla que são propostas são impossíveis de realizar pois ignoram a necessidade de reduzir a extensão de serviços subterrâneos dispendiosos, o que apenas pode ser conseguido através da utilização de parcelas relativamente estreitas.

Existem lições a tirar da ampla adoção da influência continuada da *townscape* – o movimento *New Urbanism* terá sido fortemente influenciado por esta abordagem. Profissionais da área do património continuam a utilizar os seus

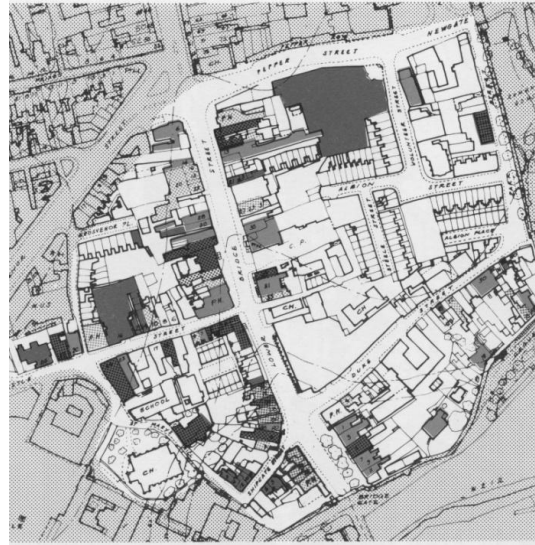


Figura 1. O estudo para Chester (Insall, 1968).



Figura 2. Pembroke Street, Oxford. Fotografia de Ivor Samuels.

princípios por oposição a avaliações mais objetivas do carácter dos lugares históricos (Samuels, 2010). Desde a sua introdução, a sua apresentação foi atrativa e facilmente acessível. A Morfologia Urbana, na sua definição mais abrangente, poderia aprender esta lição se pretende uma difusão mais ampla. Uma utilização mais frágil da *townscape* produz uma versão de *Disneyworld* que esconde a realidade das cidades. Por exemplo, uma rua atrativa de Oxford parece ser constituída por casas individuais, mas na realidade as portas não têm maçanetas porque toda uma série de parcelas foi transformada numa residência de estudantes com uma entrada que dá para as traseiras dos edifícios (Figura 2).

É fácil, olhando para trás, criticar o movimento *townscape*, mas quando hoje em dia a arquitetura parece estar obcecada com o edifício individual icónico desenhado por um ‘arquiteto-estrela’ que ignora o contexto, a sua



Figura 3. Blavatnik School of Government, Oxford. Fotografia de Ivor Samuels

preocupação com o contexto continua a parecer relevante para a manutenção do carácter das nossas cidades (Figura 3). No entanto, é também necessário ir além do visual para explorar a estrutura subjacente dos lugares. É isto que a Morfologia Urbana faz. É importante perceber que Conzen publicou o seu estudo pioneiro sobre Alnwick em 1969 quando o movimento *townscape* estava no auge. Esta é uma confirmação sólida da incapacidade das diferentes disciplinas falarem entre si uma vez que é indiscutível que a sua abordagem à forma urbana poderia ter enriquecido consideravelmente a

prática profissional. Colmatar este vazio é uma justificação para a existência do *International Seminar on Urban Form*.

Referências

- Cullen, G. (1961) *Townscape* (Architectural Press, Londres).
 ECC, Essex County Council (1973) *Design guide for residential areas* (Essex County Council, Chelmsford).
 Insall, D. (1968) *Chester, a study in conservation* (Her Majesty's stationary office, Londres).
 Macarthur, J. e Aitcheson, M. H. (2004) 'Ivor de Wolfe's picturesque, or, who and what was townscape', *Limits: Proceedings of the 21st Annual Conference of the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand*, Melbourne.
 Nairn, I. (1975) 'Outrage', *The Architectural Review* 158, 328-37.
 Samuels, I (2010) 'Understanding place?', *Urban morphology* 14, 121-2.

Tradução

O texto original foi traduzido para Português por Vítor Oliveira e Mafalda Silva, que agradecem a Ivor Samuels a disponibilidade permanente ao longo deste processo.

Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana

Sandra M. G. Pinto, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (FCSH/NOVA-UAç) e Centro de Documentação e Pesquisa dos Domínios Portugueses (XV-XIX) (UFPr), Rua João Bravo n.º 22 1ºG, 3040-379 Coimbra, Portugal. E-mail: sandramgpinto@gmail.com

Johann Wolfgang von Goethe criou o termo 'morfologia' para designar a ciência ou doutrina da observação da forma. Mas porque as formas, em especial as formas orgânicas, nunca se encontram paradas ou terminadas, estando em permanente movimento incessante, na morfologia, a forma devia ser tomada 'apenas como ideia, como conceito ou uma coisa identificada na experiência unicamente por um instante', interessando, pois, a dimensão dinâmica das ações de formação e de transformação (Goethe, 1993 [1817], pp. 68-69).

Ainda que o mote inicial tenha sido a forma dos seres vivos, em especial os da botânica – consequência do trabalho sobre a metamorfose

das plantas (Goethe, 1993 [1790]) –, o método morfológico continha em si uma relativa autonomia científica, tendo a capacidade de ser aplicável em várias áreas disciplinares, caso da biologia, da geologia, ou mesmo da linguística.

Por via da geografia, a morfologia chegou aos estudos das formas produzidas pelos seres humanos no espaço físico. A análise promovida sobre as formas geológicas seria adaptada às formas construídas. Ademais, ao considerar os espaços urbanos (as cidades) como 'organismos', como 'seres vivos' em estreita simbiose com o ser humano, as formas urbanas encaixavam-se perfeitamente no objeto morfológico 'goethiano'. Logo, para se estudar a forma dos espaços

urbanos ter-se-ia que fazer o exame da forma existente confrontando-a com a(s) forma(s) precedente(s). O cotejo dos dados históricos e cartográficos levou à constatação de um fenómeno particular: algumas marcas do passado eram visíveis nas plantas urbanas recentes. Com a proliferação dos eventos observados, este fenómeno converteu-se em paradigma disciplinar.

Deve-se, contudo, a Pierre Lavedan a enunciação da *loi de persistance du plan*, estabelecida na sua tese complementar de doutoramento defendida em 1926, a qual saiu publicada no mesmo ano em duas edições em tudo iguais ainda que com títulos diferentes: *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine* e *Qu'est-ce que l'urbanisme* (Lavedan, 1926a; 1926b). Para Lavedan, a sua 'lei científica' era, senão universal e absoluta, pelo menos aplicável à maioria dos casos, mas cuja 'demonstração' suportou-se apenas pelo raciocínio abduutivo de algumas evidências observadas no terreno, ao mesmo tempo que apresentava a sua proposta metodológica de utilizar os documentos cartográficos no estudo retrospectivo da forma da planta urbana. Note-se que, para Lavedan, o objeto de estudo da *art urbain* era, fundamentalmente, o desenho planimétrico das cidades.

A 'lei' fundamentava-se nos seguintes argumentos: sempre que numa cidade não existissem ações urbanísticas sistemáticas e dirigidas por forças maiores, a continuidade da vida urbana ou a reconstrução espontânea não originava modificações significativas na forma da planta urbana, podendo-se, assim, utilizar os documentos cartográficos recentes ou antigos como fonte de pesquisa para o conhecimento das formas das plantas urbanas passadas; se, pelo contrário, as intervenções produzissem transformações radicais na forma da planta urbana, a data dos eventos seria utilizada para validar a informação dada pelo documento cartográfico. Teoria e método entrecruzavam-se.

Tal como o 'princípio ou lei da continuidade' firmado na expressão latina *natura non facit saltus*, largamente presente no vocabulário da filosofia e da ciência ocidental e base de reflexão de diferentes teorias, também a 'lei da persistência do plano' tornou-se num processo heurístico da morfologia urbana de vertente histórica. Rapidamente, a 'persistência' passou a ser considerada como a característica fundamental das formas urbanas planimétricas e a tarefa de descobrir as 'formas antigas' numa das mais ativas. A potencialidade deste conhecimento era dupla: identificar as ideias urbanísticas originais e desenhar esquemas ou reconstituições hipotéticas da ocupação inicial / planeada. Regressivamente, pela planta atual chegava-se à planta primordial. Assim, e como lembrou Lavedan, ao socorrer-se

da expressão de Frederic William Maitland (1889, p. 235), os documentos cartográficos tornavam-se *the most wonderful of all palimpsests*.

No texto fundamental, *Vecchie città ed edilizia nuova*, Gustavo Giovannoni não deixou de ratificar a 'lei' de Lavedan. Contudo, o conhecimento aprofundado do desenvolvimento urbano da cidade de Roma, fomentado pelos vários estudos históricos e arqueológicos existentes, levou-o a fazer uma outra ilação. Com os seus vinte e sete séculos de vida, Roma tinha sofrido várias transformações formais, onde as diversas 'cidades' anteriores estariam sobrepostas umas nas outras, como camadas, por baixo da 'cidade' atual. Roma constituía-se, então, como um *vero palinsesto* (Giovannoni, 1931, p. 49). Daí que para Giovannoni a metáfora aplicava-se não à representação, mas ao próprio objeto de estudo: a cidade.

A analogia seria, portanto, direta: a forma da planta urbana era considerada como um texto, sendo o seu suporte o espaço físico do terreno tal como o pergaminho era para o texto; e tal como o texto original, que tinha sido apagado ou raspado e substituído por outro, também as transformações urbanas apagavam a forma da planta urbana original substituindo-a por outra; os vestígios deixados no suporte possibilitavam, então, o conhecimento e, por vezes, a leitura parcial dos textos ou das formas planimétricas destruídas. Por definição, a continuidade formal da planta urbana seria interrompida, pois, tal como num palimpsesto, os diferentes textos não se liam sincronicamente, nem o texto antigo tinha qualquer correspondência ou influenciava o texto recente.

Com efeito, se as evidências materiais providas das escavações arqueológicas confirmavam muitas vezes a manutenção das formas indeléveis ao longo do tempo (Pinon, 2001), não deixaram também de corroborar, em muitos outros casos, a completa alteração das plantas urbanas (Hurst, 1971). O palimpsesto urbano tornava-se, identicamente, num paradigma disciplinar. Os estudos arqueológicos que utilizavam como fonte de inquirição a fotografia aérea (oblíqua ou vertical) – por recuperar numerosos detalhes formais perdidos na representação cartográfica e cuja potencialidade era claramente extensível às formas urbanas (Chevallier, 1970) –, contribuíram largamente para esta posição. E tal ficou-se a dever ao método utilizado na datação das formas planimétricas. Inspirado diretamente na cronoestratigrafia da geologia, o exame às relações espaciais de sobreposição ou dependência das formas permitia obter uma cronologia relativa e a inserção de elementos datados naquela possibilitava a sua conversão em cronologia absoluta. A metáfora do palimpsesto

estendia-se assim à ‘paisagem’, onde cada camada, pertencente a um período histórico distinto, iria corresponder a uma forma específica que sobreporia e obliteraria as precedentes, a qual, por sua vez, seria sobreposta e obliterada pelas subseqüentes (Chevallier, 1976).

Ao fenómeno da persistência do plano contrapunha-se, então, o da rutura do plano. Da continuidade chegava-se à descontinuidade formal. Em qualquer dos casos, analisavam-se apenas instantes formais, fosse da fase inicial / planeada, fosse das fases de transição definidas pelos acontecimentos históricos, promovendo uma morfologia estratificada e fixista.

Já as marcas do passado estavam presentes nos dois paradigmas, pois foram elas que fundamentaram quer a ‘lei’ de Lavedan, quer a metáfora do palimpsesto urbano. Todavia, a presença e ausência simultânea das mesmas entidades contribuíram, paradoxalmente, para aproximar ou até mesmo para confundir estas duas conceções, revelando, senão a sua ineficácia, pelo menos a sua imprecisão. Por isso, para alguns investigadores a noção de palimpsesto é inconciliável com a ideia de cidade, pois, sendo esta uma obra contínua, as construções e os traçados têm necessariamente que se complementar, sobrepor e opor ao longo do tempo (Grumbach, 1992).

Contudo, têm sido as novas orientações epistemológicas a provocar um maior entendimento da dimensão dinâmica das formas. Nesse sentido, destaque-se Gérard Chouquer (1996), ao inferir, por um lado, que foi o sistema espacial pretérito que determinou ou condicionou formalmente a paisagem posterior, e, por outro, que nas paisagens atuais não existem ‘formas antigas’, encontrando-se, sim, formas herdadas ou resultantes de formas precedentes. Não por acaso, também, o método regressivo, utilizado para reconstituir as formas do passado partindo das formas existentes representadas nos documentos cartográficos ou fotográficos, tem sido alvo de questionamento (Abbé, 2005).

A pesquisa subseqüente tem, por isso, ido ao encontro dos fenómenos de transmissão e de transformação das formas no tempo e no espaço; interações não explicadas apenas por elementos materiais, mas por processos de ‘renovação incessante dentro de um conjunto complexo de reinterpretações’ (Robert, 2003, p. 115). Esta nova perspetiva tem vindo progressivamente a renovar a morfologia planimétrica, em especial aquela que lida com a vertente histórica das formas, estando em construção um conjunto de conceitos e princípios autónomos que permitem interpretar as temporalidades e as espacialidades, dentro dos mecanismos dinâmicos e dos processos complexos (Chouquer, 2007).

Constituirá esta ‘metamorfose’ disciplinar, alicerçada na dinâmica, o atual paradigma dos estudos históricos de forma urbana?

Referências

- Abbé, J.-L. (2005) ‘Le paysage peut-il être lu à rebours? Le paysage agraire médiéval et la méthode régressive?’, em Cursente B. e Mousnier, M. (eds.) *Les territoires du médiéviste* (Presses Universitaires de Rennes, Rennes) 383-99.
- Chevallier, R. (1970) ‘Photo-interprétation et urbanisme’, *Photo-interprétation* 2, 43-51.
- Chevallier, R. (1976) ‘Le paysage palimpseste de l’histoire. Pour une archéologie du paysage’, *Mélanges de la Casa de Velázquez* 12, 503-10.
- Chouquer, G. (1996) ‘La place de l’analyse des systèmes spatiaux dans l’étude des paysages du passé’, em Chouquer, G. (ed.) *Les Formes des Paysages, Tome 3 - L’analyse des systèmes spatiaux* (Éditions Errance, Paris) 14-24.
- Chouquer, G. (2007) *Quels scénarios pour l’histoire du paysage? Orientations de recherche pour l’archéogéographie* (CEAUPC, Coimbra).
- Giovannoni, G. (1931) *Vecchie città ed edilizia nuova* (Unione Tipografico-Editrice Torinese, Turim).
- Goethe, J. W. (1993 [1789-1831]) *A metamorfose das plantas* (Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa).
- Grumbach, A. (1992) ‘La ville comme collage’, em Galard, A.N. e Kratochvil, P. (eds.) *Prague, avenir d’une ville historique capitale* (Éditions de L’Aube, Paris) 229-35.
- Hurst, J. G. (1971) ‘A Review of Archaeological Research (to 1968)’, em Beresford, M. W. e Hurst, J. G. (eds.) *Deserted medieval villages: studies* (Lutterworth Press, Londres) 76-144.
- Lavedan, P. (1926a) *Introduction a une histoire de l’architecture urbaine (Definitions-Sources)* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavedan, P. (1926b) *Qu’est-ce que l’urbanisme ? Introduction a l’histoire de l’urbanisme* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Maitland, F.W. (1889) ‘The surnames of English Villages’, *The Archaeological Review* 4, 233-40.
- Pinon, P. (2001) ‘La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval. Permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental’, em Passini, J. (ed.) *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano* (Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, Cuenca) 179-214.
- Robert, S. (2003) ‘Comment les formes du passé se transmettent-elles?’, *Études Rurales* 167-8, 115-3.

Estratégias para a renovação do edificado através das Gramáticas de Forma

Sara Eloy, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-IUL, Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. E-mail: sara.eloy@iscte-iul.pt

As cidades europeias fazem face à urgência de reabilitar o seu edificado, processo esse que exige uma intervenção adequada devido quer à idade de construção dos edifícios quer à necessidade de rever o seu uso fazendo-os responder às necessidades atuais. Neste artigo irei referir-me em particular à problemática das cidades que tiveram grandes desenvolvimentos urbanos nos séculos XIX e XX e que, durante esses períodos, construíram largas extensões de edificado urbano, nomeadamente habitação que, fazendo parte do parque edificado regular ou de acompanhamento, não constituem geralmente, por si, casos eruditos de arquitetura. Pela sua idade e conseqüente estado de construção, assim como com o intuito de responder às exigências técnicas e padrões de vida atuais, é necessária uma intervenção nestes edifícios que pode ir desde a demolição à sua reabilitação. A reabilitação do edificado traz grandes vantagens à cidade, quer em termos de sustentabilidade ecológica, já que menos recursos são consumidos, quer social, visto que permite combater a gentrificação e manter a população residente criando ainda maior diversificação na oferta (Semés, 2009).

Simultaneamente ao envelhecimento dos edifícios assistimos a grandes alterações demográficas como o próprio envelhecer da população europeia que levará num futuro próximo à necessidade de criar mecanismos que permitam que os idosos permaneçam nas suas casas a viver autonomamente sem necessitar de optar por residências especializadas. Por outro lado, a estrutura tradicional da família que incluía um homem, uma mulher e filhos não é aquela que hoje mais representa as cidades. A nova realidade de coabitação é muito diferente daquela para a qual a maioria do parque habitacional existente foi projetado e construído, e esta diferença tem grandes conseqüências na dinâmica dos bairros.

O foco deste artigo é a reabilitação desse conjunto de edifícios comuns de habitação que surgem em grande número em cidades como Lisboa. Propõe-se uma abordagem para a renovação das cidades europeias através da reabilitação do seu parque habitacional usando as gramáticas da forma. Esta abordagem apresenta-se como um modo economicamente viável de reabilitar as cidades mantendo o seu tecido social e permitindo dar algum poder aos habitantes

através da possibilidade destes, através de uma ferramenta computacional, poderem personalizar a sua solução de projeto (Eloy e Vermaas, 2014). Dada a grande dimensão do parque edificado existente e a necessidade de o reabilitar para estes novos grupos da sociedade, é aqui argumentado que o uso de sistemas gerativos de projeto, nomeadamente gramáticas de forma, permitem a elaboração de propostas de intervenção personalizadas de acordo com o cliente / utilizador e fazem-no de modo eficaz, rápido e com custos reduzidos para este.

A utilização de gramáticas da forma enquanto sistema de projeto de arquitetura num contexto de reabilitação habitacional permite a definição de propostas de transformação dos apartamentos de modo a ir de encontro às necessidades de cada habitante, cumprindo princípios de projeto comuns. As gramáticas da forma são sistemas de geração que se baseiam na aplicação sucessiva de regras de forma, de modo a criar um grande número de soluções de desenho (Figura 1). Uma gramática contém regras de forma, um vocabulário de formas e relações espaciais entre elas e inicia-se pela aplicação de uma regra a uma forma inicial. As gramáticas de transformação direcionam este processo de geração para a transformação de formas existentes em vez de formas novas. Numa gramática de transformação do edificado existente, parte-se de um apartamento existente (por exemplo, de uma planta do apartamento) e aplicam-se sucessivamente regras de forma para que seja definida uma ou mais soluções que cumpram os critérios definidos inicialmente.

Cidades como a de Lisboa tiveram diversos períodos de extensa construção de edifícios de habitação e que agora são identificados como tipos. Em outras cidades europeias o fenómeno de construção foi idêntico e estas detêm também grandes conjuntos de habitação multifamiliar, definidos como tipos, que as caracterizam. Exemplos disso são, em Londres os blocos de casas Victorianas, em Amesterdão e Roterdão os edifícios de apartamentos de Berlage e em Paris os de Haussman (Firley e Stahl, 2009). Estes tipos têm características próprias que os definem como tal. Uma gramática de transformação é geral no sentido em que define princípios de transformação gerais para todo o edificado da

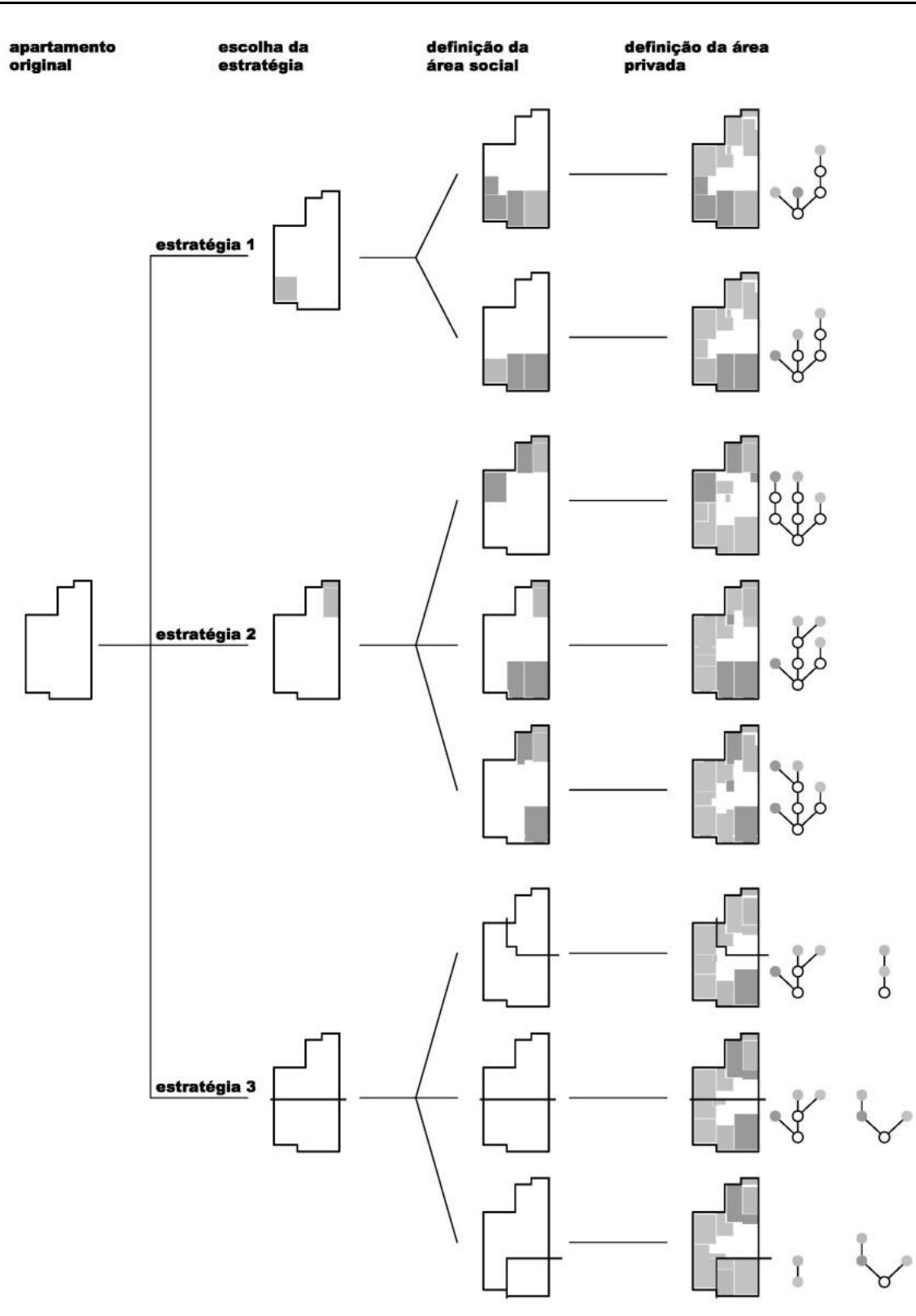


Figura 1. Estratégias de reabilitação dos edifícios Rabo-de-bacalhau que conduzem a uma grande diversidade de soluções.

mesma tipologia e é específica porque inclui regras de transformação de tipos de edifícios específicos (Eloy e Duarte, 2012).

A disponibilização de uma gramática de transformação de edifícios, como os Rabo-de-bacalhau em Lisboa (Eloy, 2012), aos atuais e

futuros proprietários deste tipo de apartamentos – por exemplo, através de uma ferramenta *web* à qual estes pudessem aceder diretamente – permitir-lhes-ia obter uma proposta de reabilitação das suas casas baseada nas características dos próprios habitantes.

Os sistemas gerativos de projeto como as gramáticas da forma permitem a definição de soluções de projeto personalizados o que representa uma resposta viável num contexto de reabilitação em massa para a grande exigência de projetos de arquitetura diversificados que respondam a um grupo diferenciado de habitantes. A opção por uma solução que assente na reabilitação personalizada das cidades permite manter o tecido social existente e promove a criação de comunidades mistas e mais dinâmicas que suportam quer as necessidades dos mais novos quer as da população mais idosa permitindo-lhes envelhecer em casa (Lees, 2008; Norris, 2004).

Referências

- Eloy, S. (2012) ‘A transformation grammar-based methodology for housing rehabilitation’, Tese de Doutoramento não publicada, Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Eloy, S. e Duarte, J. P. (2012) ‘Transformation grammar for housing rehabilitation: from a specific to a general grammar’, em Achten, H., Pavlicek, J., Hulin, J. e Matejdan, D. (eds.) *Digital physicality – Proceedings of the 30th eCAADe Conference – Volume 1* (Czech Technical University, Praga) 471-8.
- Eloy S. e Vermaas, P. (2014) ‘Towards effective city rejuvenation with ICT: web-based shape grammar supported refurbishment design’ em Zreik, K. (ed.) *Architecture, city & information design – EuropIA.14, 14th International Conference on Design Sciences & Technology* (EuropIA, Nice), 129-39.
- Firley, E. e Stahl, C. (2009) *The urban housing handbook* (Wiley, Chichester).
- Lees, L. (2008) ‘Gentrification and social mixing: towards an inclusive urban renaissance’, *Urban Studies* 45, 2449-70.
- Norris, M. e Shiels, P. (2004) *Housing developments in European countries. The housing units* (Department of the Environment Heritage and Local Government, Dublin).
- Semes, S. W. (2009) *The future of the past: a conservation ethic for architecture, urbanism, and historic preservation* (W.W. Norton & Co, Nova Iorque).

Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas

Teresa Marat-Mendes, Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINÂMIA’CET-IUL, Escola de Tecnologias e Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. E-mail: marat.mendes@gmail.com

A presente ‘perspetiva’ parte do pressuposto que qualquer entendimento sobre a forma urbana é apenas possível através do contributo do conhecimento gerado pela própria história da cidade. A História é portanto aqui entendida como uma das principais ferramentas para o entendimento dos processos de transformação e de permanência das formas urbanas das cidades, quer daquelas pertencentes ao passado como daquelas que habitamos hoje. Assim o é, porque a História encapsula em si conhecimento acerca dos atores, dos motivos, dos materiais, das técnicas construtivas e dos contextos sócio-económicos,

político-geográficos, religiosos mas também ambientais que deram origem à formação de uma determinada forma urbana, ou eventualmente contribuíram para a sua própria transformação ou até extinção (Scoffham e Marat-Mendes, 2000).

É também dentro da História que identificamos a presença de um dos principais elementos que contribuem de forma preponderante para o conhecimento dos processos de transformação e da permanência das formas urbanas, que é o fator Tempo. O Tempo é a grandeza física que nos permite medir a duração das coisas sujeitas a alterações, ou eventualmente

à ausência de alterações. Isto é, o Tempo permite-nos perceber o período decorrido entre dois ou mais momentos de um determinado facto, permitindo-nos assim ordenar de forma sequencial os processos de transformação da forma urbana, possibilitando uma cronologia para os factos registados. O uso do tempo permite-nos enriquecer o conhecimento sobre os processos de transformação e de permanência das formas urbanas, uma vez que nos permite exercícios de análises comparativas entre o antes e o depois, entre o hoje e aquilo que já foi, mas também entre distintas ações que possam ter ocorrido num mesmo período temporal. A grandeza física que mede o tempo pode variar entre o segundo, as horas, os dias, os anos, os séculos ou até os milénios, sendo primordialmente determinada pelo interesse específico da análise dos factos urbanos em questão.

Feito este breve enquadramento sobre a importância da História para a leitura dos processos de transformação e de permanência das formas urbanas, não podemos todavia deixar de registar duas obras de referência para o assunto em análise, nomeadamente, as obras *The city shaped. Urban patterns and meanings through history* e *The city assembled. The elements of urban form through history*, de Spiro Kostof (1991, 1992) que nos permitem, de uma forma abrangente, elucidar acerca dos processos de transformação da forma urbana, desde a sua evolução aos dias de hoje, para diferentes momentos temporais e espaços geográficos diferenciados. Complementarmente, estas obras oferecem-nos uma apreciação do autor acerca dos diversos elementos que foram compondo as diversas formas urbanas em análise, ao longo do Tempo. Seguramente, várias outras publicações nos permitirão exercícios de análise semelhantes ou até complementares, no entanto a abordagem histórico-cronológica oferecida por estes dois trabalhos enaltece seguramente a mensagem que aqui procuramos transmitir.

Identificado também o Tempo como um dos principais elementos de suporte à identificação dos processos de transformação e permanência das formas urbanas, torna-se agora necessário focar a nossa atenção nos próprios processos de transformação da forma urbana. Isto é, para além do reconhecimento da existência desses processos de transformação interessa também perceber de que forma é que essas mesmas transformações ou permanências da forma urbana ocorrem.

Tomemos agora a forma urbana como o objeto de estudo central da presente análise. Procuremos agora focar a nossa atenção nas propriedades específicas que a forma urbana incorpora em si e que proporcionam a ocorrência de determinados processos de transformação ao longo do Tempo. Nesse sentido, convidamos o leitor a acompanhar-

nos numa breve análise às ‘regras’ e às ‘propriedades’ da forma urbana, procurando contribuir para um melhor entendimento dos processos de transformação e permanência das formas urbanas. A análise que aqui se resume resulta dos resultados obtidos de uma investigação sobre forma urbana, realizada pela autora desta ‘perspetiva’, nomeadamente na sua Tese de Doutoramento em Arquitetura com o título *The sustainable urban form. A comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona* (Marat-Mendes, 2002) na *School of the Built Environment* da *University of Nottingham*, sob a orientação de Ernie Scoffham.

Vejam os em seguida o significado das regras e das propriedades da forma urbana, às quais se atribui aqui uma importância estratégica para o estudo do comportamento da forma urbana e que por conseguinte julgamos ter repercussão direta no entendimento dos próprios processos de transformação e permanência das formas urbanas.

Entenda-se por regras da forma urbana os princípios ou as normas que determinam as propriedades físicas da forma urbana. Isto é, são as regras que determinam os elementos físicos da forma urbana. Incluem-se nestas regras as opções de desenho impostas à forma urbana e que integram o seu dimensionamento, a sua área, o seu perímetro, a sua materialidade e o seu desenho ou aspeto formal. Estas regras são determinadas por aqueles que tem um papel direto: i) na solução do desenho dessa forma urbana (solução de forma urbana por via da faculdade criativa do desenho); e ii) nas orientações legais, políticas ou económicas que geram o próprio planeamento urbano e que determinam legalmente os regulamentos que condicionam os tecidos urbanos (solução de forma urbana por via de mecanismos legais mas omissa do ato criativo do desenho).

Entenda-se por propriedade da forma urbana uma qualidade intrínseca à forma urbana que determina o ‘tipo’ de transformação que ocorre nessa mesma forma urbana. A forma urbana responde a processos de transformação que não são sempre idênticos entre si. Detalhem os de seguida que propriedades das formas urbanas nos permitem então ler de forma sistematizada esses diferentes ‘tipos’ de transformação.

Conforme referido por Marat-Mendes (2002) são quatro as propriedades possíveis para avaliar o comportamento da forma urbana em termos da sua transformação, nomeadamente a ‘adaptabilidade’, a ‘continuidade’, a ‘flexibilidade’ e a ‘resiliência’. Cada uma destas propriedades incorpora distintos comportamentos ou tipos de transformação da forma urbana, que podem não ser necessariamente de ordem física (onde se inclui o desenho, a forma e a materialidade) mas que podem também integrar

aspectos como os usos ou funções.

Cabe à adaptabilidade a capacidade da forma urbana ser propícia a um novo uso ou propósito, enquanto cabe à continuidade a capacidade da forma urbana continuar a existir ou a manter a sua forma original. No entanto se a forma urbana demonstrar capacidade de se adaptar facilmente a novos usos ou estilos ela está a responder de forma flexível. Diz-se por isso que o seu comportamento é flexível. Mas, se a forma urbana demonstrar capacidade de assumir variadas funções ou significados, de ser utilizada e apropriada de distintas maneiras, mas mesmo assim não deixar de dar seguimento aos princípios estruturais que estiveram na sua origem, estamos perante uma forma urbana que responde ao princípio de resiliência, uma capacidade que determina o balanço entre continuidade e transformação.

A leitura de cada um destes comportamentos requer conforme já se referiu nesta ‘perspetiva’ uma análise detalhada dos processos de transformação ocorridos ao longo do tempo, mas de forma comparada. A determinação das propriedades da forma urbana consiste num importante exercício, que deve ser promovido e aplicado no próprio planeamento urbano. Para além de um melhor entendimento dos processos de transformação que ocorrem na forma urbana, o seu conhecimento proporciona uma importante ferramenta de avaliação da forma urbana mas também uma ação preventiva sobre futuros desenvolvimentos urbanos que se pretendam evitar ou até beneficiar. Destaque-se, neste sentido o desafio lançado por Anne Vernez Moudon, na sua publicação *Built for change* (Moudon, 1986), a todos aqueles que têm responsabilidades no planeamento urbano mas também aqueles que desenham as próprias formas no sentido de conhecerem melhor os próprios processos de ‘transformação’ da forma urbana.

Conforme verificado por Marat-Mendes (2002) a forma urbana encerra em si comportamentos de vária ordem, nomeadamente os quatro atrás identificados. É também nossa convicção de que estes processos podem ser controlados, propiciados, beneficiados, mitigados ou até evitados caso seja necessário, se aqueles que intervêm no planeamento ou têm responsabilidade direta sobre as soluções de desenho urbano tiverem conhecimento desses mesmos comportamentos da forma urbana. Salientamos todavia, que nenhum destes comportamentos é infalível, pois tal como a História já nos tem provado ao longo do Tempo as condicionantes políticas, religiosas, sociais, económicas e ambientais, entre outras, são fatores preponderantes no próprio processo de transformação e permanência das formas urbanas.

Referências

- Kostof, S. (1991) *The city shaped. Urban patterns and meanings through history* (Thames and Hudson, Londres).
- Kostof, S. (1992) *The city assembled. The elements of urban form through history* (Thames and Hudson, Londres).
- Marat-Mendes, T. (2002) ‘The sustainable urban form. A comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona’, Tese de Doutoramento não publicada, The University of Nottingham, Reino Unido.
- Moudon, A. V. (1986) *Built for change* (The MIT Press, Cambridge).
- Scoffham, E. e Marat-Mendes, T. (2000) ‘The ground rules of sustainable urban form’, em Williams, K.; Burton, E. e Jenks, M. (eds.) *Achieving sustainable urban form* (E & FN Spon, Londres).

A forma física das cidades – uma análise do contributo luso-brasileiro para o debate internacional

Cláudia Monteiro, CM Arquiteta, Rua Lindo Vale 435, Porto, Portugal. E-mail: aclauidiamonteiro@inbox.com

A investigação em morfologia urbana tem sido marcada pelo recente crescimento no mundo lusófono, inserido num contexto de desenvolvimento internacional e de grande

interdisciplinaridade (Whitehand, 2015). Este texto pretende dar uma perspetiva desse contributo luso-brasileiro para o debate internacional, baseado num conjunto de

publicações em revistas internacionais relevantes, que assumem um papel determinante na divulgação do estudo da forma urbana.

Para a procura da representatividade desse contributo foram analisadas cinco revistas internacionais, com revisão por pares: *Environment and Planning B: Planning and Design*, *Built Environment*, *Urban Design International*, *Journal of Urban Design* e *Urban Morphology*. As duas primeiras revistas iniciaram a sua publicação em 1974, sendo que as restantes três apenas nos anos 90 (em 1996, a *Urban Design International* e o *Journal of Urban Design* e, em 1997, a *Urban Morphology*). Nesse sentido, optou-se por iniciar esta pesquisa no começo dos anos 90 (1990-2015).

Neste período de 25 anos, foi possível encontrar 60 contributos luso-brasileiros (artigos e *viewpoints*, ou texto similares) num universo alargado de contribuições internacionais. 92 por cento das contribuições estão distribuídas pelas revistas *Urban Morphology*, *Urban Design International* e *Environment and Planning B*.

A análise desses contributos baseou-se fundamentalmente em cinco aspetos: i) data de publicação, ii) conteúdo dos contributos, iii) geografia dos autores, iv) formação disciplinar dos autores, e v) impacto dos contributos.

Começando pela data de publicação verifica-se que 80 por cento das contribuições foram publicadas após 2005, sendo que os 15 anos anteriores (1990-2004) apenas contabilizam 20 por cento das publicações. O momento de emergência da participação dos investigadores de língua portuguesa no debate internacional é evidente nesta análise, tendo havido um aumento exponencial nos últimos anos. Para isso terá contribuído a realização de uma grande conferência internacional do *Internacional Seminar on Urban Form* (ISUF), no Brasil em 2007 (Oliveira e Monteiro, 2013, analisam este processo no caso específico da *Urban Morphology*). Posteriormente os contributos portugueses – e brasileiros – para a revista *Urban Morphology* aumentaram significativamente (Whitehand, 2015).

Analisando o conteúdo de cada contribuição (com base nas palavras-chave ou, nos casos em que se verifica a sua ausência, no título do texto) verifica-se que 166 diferentes palavras-chave são usadas 220 vezes, sendo que 145 do conjunto das 166 diferentes palavras são usadas apenas uma única vez. Se por um lado, esta diferença de linguagem utilizada mostra a abrangência das abordagens presentes nos diferentes contributos, por outro lado, reflete muitas vezes o uso de palavras diferentes com significados semelhantes e em contextos próximos, não havendo um código de linguagem comum a todos os autores. A ‘palavra’ ou expressão mais usada é *urban*

morphology (repetida 12 vezes, corresponde a 6 por cento das palavras usadas). As outras ‘palavras’ mais citadas são *urban design*, *urban form*, Brasil e Portugal, que juntas perfazem 12 por cento das palavras usadas. A ‘palavra’ *space syntax* aparece ainda várias vezes citada (2 por cento), embora surja muitas vezes associada a outras abordagens morfológicas. Esta presença espelha o trabalho importante de investigadores portugueses e brasileiros nesta área.

Analisando a proveniência dos autores (atendendo ao primeiro autor de cada contribuição), verifica-se que dois terços dos autores são portugueses (40 contribuições) e um terço são Brasileiros (20 contribuições). Ao nível das cidades, em Portugal, o Porto concentra o maior número de autores (22), seguido de Lisboa (14). Aparecem ainda autores de Coimbra (3) e Braga (1). No Brasil, a dispersão geográfica dos autores é muito mais significativa, havendo autores de nove cidades Brasileiras. As cidades mais representadas são Maringá e Belo Horizonte (4), seguidas de S. Paulo e Brasília (3).

Focando a atenção na formação disciplinar dos autores – e uma vez mais limitando ao 1º autor de cada contribuição – verifica-se que cerca de 75 por cento dos autores têm como formação de base a arquitetura, seguidos por engenharia (18 por cento) e geografia e economia (3,5 por cento cada). Praticamente a totalidade destes autores têm um atividade predominante ligada ao ensino e à investigação, não sendo relevante a participação de autores envolvidos na prática profissional.

A variedade de abordagens, e de perspetivas integradas e abrangentes – sublinhada nos conteúdos dos diferentes contributos analisados – não reflete variedade das disciplinas representadas. Disciplinas importantes como a geografia e a história, por exemplo, não estão representadas nesta amostra.

Finalmente, analisou-se o impacto destas contribuições, com base nas citações identificadas no *Scopus* (acesso em Julho de 2015). ‘Towards the mass customization of housing: the grammar of Siza’s houses at Malagueira’ (Duarte, 2005), publicado na *Environment and Planning B*, é, até ao momento, o artigo mais citado (27 vezes). Seguem-se, com dez citações o artigo ‘British urban form in twentieth-century Brazil’ (Rego e Meneguetti, 2008), com nove citações o artigo ‘A GIS-based decision-support tool for public facility planning’ (Ribeiro, 2002), e com oito citações os artigos ‘A spatial analysis approach for the definition of metropolitan regions – the case of Portugal’ (Ramos, 2007) e ‘The morphological dimension of municipal plans’ (Oliveira, 2006).

Os resultados da análise realizada vêm salientar o lugar assumido por Portugal e Brasil para a atual expansão internacional da morfologia

urbana.

A esta dinâmica não podemos deixar de associar o papel desempenhado pela Rede Lusófona de Morfologia Urbana (fundada em 2010 como rede portuguesa e posteriormente alargada a rede lusófona), que surgiu como uma das primeiras redes regionais associadas do *International Seminar on Urban Form*, contribuindo para a sua expansão (Whitehand, 2015), e ainda a publicação da 'Revista de Morfologia Urbana', cujo primeiro número saiu em 2013 e que veio desempenhar um papel importante para a divulgação do trabalho dos autores lusófonos, sendo a primeira revista lusófona de morfologia urbana.

Referências

- Duarte, J. (2005) 'Towards the mass customization of housing: the grammar of Siza's houses at Malagueira', *Environment and Planning B: Planning and Design* 32, 347-80.
- Oliveira, V. (2006) 'The morphological dimension of municipal plans', *Urban Morphology* 10, 101-13.
- Oliveira, V. e Monteiro, C. (2013) 'What is Urban Morphology made of?', *Urban Morphology* 17, 118-20.
- Ramos, R. A. R. (2007) 'A spatial analysis approach for the definition of metropolitan regions – the case of Portugal', *Environment and Planning B: Planning and Design* 34, 171-85.
- Rego, R. L. e Meneguetti, K. S. (2008) 'British urban form in twentieth-century Brazil', *Urban Morphology* 12, 25-34.
- Ribeiro, A. (2002) 'A GIS-based decision-support tool for public facility planning', *Environment and Planning B: Planning and Design* 29, 553-69.
- Whitehand, J. W. R. (2015) 'Prefácio' em Oliveira, V., Marat-Mendes, T. e Pinho, P. (eds.) *O estudo da forma urbana em Portugal* (Edições UP, Porto) 15-6.

Indicadores visuais

Anastássios Perdicoúlis, CITTA, Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-465 Porto, Portugal; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Apartado 1013, 5001-801 Vila Real, Portugal. E-mail: tasso@fe.up.pt, <http://systemsplanning.org>

O 'declínio urbano' em qualquer metrópole moderna, ou então nos casos extremos de cidades como a recentemente atingida Detroit (EUA), pode ser abordado por cientistas (sociais) com base em informação estatística sobre desemprego, taxas de suicídio ou criminalidade. Tais 'indicadores' são abstratos: referem-se a conceitos que são entendidos ou apreendidos mais ou menos do mesmo modo pela maioria dos cientistas, mas que provavelmente têm um significado especial para quem vive a situação específica. Por outras palavras, os indicadores estão intimamente associados a modelos mentais que não são explícitos ou partilhados de modo transparente, incluindo por vezes o modo como os dados mensuráveis são relacionados (e.g. cálculos) para produzir os índices pretendidos (Perdicoúlis e Glasson, 2011). De qualquer forma, os indicadores merecem confiança porque são: i) medíveis ou quantificáveis, ii) apresentados numa forma numérica e 'objetiva', iii) processados estatisticamente e representados graficamente, e iv) geralmente seguem as normas

científicas relativamente a dados e informação.

No entanto, seria uma omissão grave se um tema como o declínio urbano fosse tratado meramente como estatística. Talvez as implicações mais fortes – pelo menos no que diz respeito à sensibilidade humana, para não dizer à 'ética' – sejam de natureza pessoal e social. Sofrimento humano, desordem pública, coesão social, renovação das comunidades e solidariedade, por exemplo, são fenómenos que não podem ser descritos, nem percebidos pela natureza numérica dos indicadores científicos 'clássicos'. É impossível que qualquer desses fenómenos passe despercebido num passeio na cidade – por exemplo, pessoas sem abrigo a dormir na rua, janelas cobertas com placas de madeira, edifícios abandonados e 'grafitados' em protesto indicam o declínio da cidade, tal como projetos comunitários e reuniões de rua indicam reações humanas para quebrar o padrão de declínio. Ao contrário dos dados e da estatística, a informação visual é difícil de medir ou quantificar, de calcular (ou, geralmente,

processar), comparar, ou ‘validar cientificamente’ mantendo toda a sua essência.

Mesmo assim, eventualmente, nenhum cientista iria rejeitar diretamente a evidência visual por não seguir exatamente as normas do paradigma científico. Verdadeiramente, não é fácil desenhar experiências científicas, completas com cidades ou bairros de controlo (*control groups*), baseadas nas indicações visuais recolhidas – mesmo se as trajetórias dos percursos fossem metodicamente tracejadas, seguindo critérios rigorosos sobre a aleatoriedade das amostras e sobre a necessidade de obter um grande número de amostras. É difícil ‘provar’ algo cientificamente, meramente com base na evidência visual. Mas existem formas de usar os indicadores visuais para obter dados cientificamente válidos – por exemplo, contagens de observações, áreas de amostragem – por seleção ou conversão, mesmo que isso reduza, ou até elimine, o significado da informação.

É geralmente aceite que não há uma obrigação científica de os cientistas partilharem os seus modelos mentais. Seria uma grande desilusão criar expectativas e ver explicitamente, ou verificar, o modo como as indicações visuais são convertidas ou usadas na sua versão numérica. Por exemplo, qual é o grau de ‘realidade’ que é transmitida por ‘30% das residências unifamiliares têm janelas bloqueadas’ ao grupo de estudo científico sobre o declínio urbano, e exatamente em que sentido? Quais são as implicações a extrair e qual é o raciocínio envolvido nesse processo? Quais são as causas

atribuídas e quais são os caminhos causais? Tudo isso contrasta com a utilização de fotografias de casas fechadas, com janelas bloqueadas, mas sem querer provocar emoções – se tal for possível. Os cientistas não podem imaginar, mas podem formular hipóteses, que é um outro tipo de liberdade. Mesmo assim, é muito difícil encontrar modelos mentais em trabalhos científicos explicitamente apresentados – por exemplo, o raciocínio usado na formulação de uma hipótese. No paradigma científico corrente só a examinação da hipótese tem valor (Popper, 2002).

De qualquer modo, observações visuais e indicadores constituem uma realidade *sui generis*, que é frequentemente vinculada num domínio diferente, devido à separação centenária entre ciência e arte (Rashdall, 1895). A íntima colaboração entre os paradigmas baseados em dados numéricos *versus* evidência visual é uma consideração a resolver no futuro – talvez tão importante como a transparência dos modelos mentais e da formulação de hipóteses.

Referências

- Perdicoúlis, A. e Glasson, J. (2011) ‘The use of indicators in planning – effectiveness and risks’, *Planning Practice & Research* 26, 349-67.
- Popper, K. (2002) *The logic of scientific discovery* (Routledge, Londres).
- Rashdall, H. (1895) *The universities of Europe in the Middle Ages* (Clarendon Press, Oxford).

ISUF Conference 2016: Urban morphology and the resilient city

O 23º *International Seminar on Urban Form* (ISUF 2016), organizado na Escola de Arquitetura e Planeamento Urbano da Universidade de Nanjing, terá lugar em Nanjing, na China, de 8 a 10 de Julho de 2016. O tema da conferência é ‘Morfologia urbana e a cidade resiliente’, estruturando-se nos seguintes tópicos: i) teoria em morfologia urbana; ii) morfologia urbana, desenho urbano e planeamento; iii) forma urbana, sociedade e tecnologia; iv) o conceito de cintura periférica; v) morfologia urbana, sustentabilidade e alterações climáticas; vi) transformação e resiliência no processo de desenvolvimento urbano; vii) forma urbana numa era global; viii) forma urbana na Ásia; e, por fim, ix) Oriente e Ocidente: semelhanças e contrastes.

A Comissão Organizadora e o *ISUF Council* convidam à participação de académicos e profissionais. Os resumos deverão ser submetidos para isuf2016@nju.edu.cn até 31 de Janeiro de 2016. Para além de um resumo com 250 palavras, as propostas devem incluir: título do artigo, nome do(s) autor(es), filiação, morada completa, e-mail, número de telefone, três a cinco palavras-chave e tópico da conferência. O *template* para o resumo, bem como um conjunto de informações adicionais, está disponível no *website* <http://urbanform.cn>. Os autores serão informados acerca da aceitação do seu texto até 15 de Março de 2016.

As excursões pós-conferência incluem passeios em Nanjing e uma excursão de dois dias à cidade histórica de Suzhou.
